

Recuperação ainda demora 3 anos

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, disse ontem em palestra na Escola Superior de Guerra que a recuperação econômica do País e o crescimento auto-sustentado só estarão garantidos dentro de três a quatro anos. "Até chegar lá, teremos muito trabalho". Segundo ele, o governo dispõe de instrumentos para combater a inflação, mas tem encontrado "as maiores dificuldades nesse sentido e está evitando utilizar estes instrumentos porque não queremos abortar um certo sopro de recuperação que se verifica atualmente".

Pastore assinalou que o País continuará a conviver por alguns meses com a inflação alta, "não ao nível de 10% ao mês, como vai acontecer em julho, mas sem chegarmos aos 6,5% ou 7% que constituem o nosso objetivo". A queda da inflação, diz Pastore é a condição básica para que o País possa superar essa primeira fase em que a economia teve uma puxada ténue e inicial das exportações da agricultura. Na segunda fase, que poderá iniciar-se daqui a um ou dois anos, será necessária a recuperação da confiança no poder de compra dos salários, beneficiando especialmente a construção civil e o Sistema Financeiro da Habitação. Na terceira fase, afirma o presidente do BC, terá de haver uma baixa dos juros reais com menor pressão do

governo sobre o mercado financeiro.

Na primeira parte da palestra aos estagiários da ESG, Pastore abordou o problema da dívida externa brasileira, e sua renegociação, assinalando que ainda há um clima de incerteza quanto às possibilidades de recuperação das economias dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento dos Países Industrializados). Ele revelou que um grupo de economistas do governo vem trabalhando há meses sobre diversas projeções a médio prazo para a economia, baseados em várias hipóteses, e considerando como fatores externos o preço do petróleo, as taxas de juros internacionais e o crescimento da OCDE. Os preços do óleo segundo ele, já representam hoje um pequeno impacto para o Brasil, em qualquer caso. "Pior do que isso, são as taxas de juros internacionais combinadas com o pequeno crescimento dos desenvolvidos." Assim, para uma alta das taxas de juros acima de 11 ou 12% e crescimento de apenas 3% nos desenvolvidos, a dívida externa brasileira teria de continuar crescendo pelo menos até 1990, para se manter a taxa de crescimento de 5% na economia. Se, no entanto, a taxa de juros se manter nos 10%, mesmo uma pequena recuperação dos industrializados permitiria zerar o déficit brasileiro de conta corrente daqui a três ou quatro anos. "Por maior que seja o esforço de renegociação, se não existirem condições objetivas de cresci-

mento dos países desenvolvidos e juros baixos, ele vai-se esvair num instante", disse Pastore.

Assinalou que atualmente as condições brasileiras para renegociar a dívida, são muito melhores do que em 1983. Segundo Pastore, o Brasil necessitará de menos de US\$ 5 bilhões em dinheiro novo para 1985, e possui US\$ 4,2 bilhões em reservas acumuladas que deverão chegar aos US\$ 6 bilhões no final deste ano. Para ele, essas reservas ainda são precárias, mas fornecem uma base mais sólida para manter até mesmo cinco meses de negociação. Pastore reconheceu que a presença dessas reservas pressiona a expansão da liquidez financeira e a inflação. O BC vem procurando enxugar esta liquidez, mas não pode abusar de grandes operações do mercado aberto, porque neste caso a taxa de juros subiria para um novo patamar a curto prazo, criando maiores restrições à recuperação econômica, segundo Pastore. Ele confessou sua "perplexidade" diante da inflação e disse que não há condições de um aperto monetário e creditício maior do que o atual, e que o déficit público também já está controlado ao máximo. Para ele, além da pressão das reservas, outro fator inflacionário é a política cambial, "que realimenta a inflação do próprio mês das desvalorizações". Mas também esta política, a seu ver, não pode ser modificada, pois garante a manutenção das exportações e a ampliação das reservas.